



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo 9: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

A assessoria em Serviço Social por meio da ação extensionista

Resumo

Este artigo tem como objetivo compartilhar a experiência de assessoria no âmbito das políticas de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em Campos dos Goytacazes, através da ação extensionista. Tal ação está sendo desenvolvida desde 2016, numa relação intrínseca entre ensino, pesquisa e extensão. Os resultados têm impactado não somente na qualidade do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais assessorados, mas, sobretudo, possibilitado o avanço das políticas públicas voltadas para a população infanto-juvenil.

Palavras-chave: assessoria, extensão universitária, promoção de direitos

Advisory in social service through extensionist action

Abstract

This article aims to share advising on the scope of the policies promotion and defense of the rights of children and adolescents in Campos dos Goytacazes, through extends action. This action has been developed since 2016, in an intrinsic relationship between teaching, research and extension. The results have impacted not only on the quality of the work carried out by social workers advised, but especially given the advancement of public policy geared to the population of children and youth.

Keywords: advisory; university extension, promotion of rights

INTRODUÇÃO

O trabalho de assessoria no âmbito do Serviço Social não é uma ação recente, como já aponta os estudos de Mattos (2009) e Vasconcelos (1992), no entanto, adquire nuances diferenciadas em função do contexto em que se realiza. Diferente da assessoria ou consultoria empresarial, que compreendemos como uma forma de terceirização especializada em assunto específico, mediante a venda de um serviço, atendendo a demanda da empresa cliente (AZEVEDO, 2014), no âmbito do curso de Serviço Social de uma universidade pública, a assessoria se dá a partir da ação extensionista, em que ela é realizada por um assistente social docente. Isso traz algumas particularidades a esta ação, pois enquanto extensão universitária, o trabalho de assessoria considera o que

determina a Política Nacional de Extensão, ao mesmo tempo em que, realizada por um assistente social docente, é imbuída da instrumentalidade¹ inerente a profissão.

As universidades, enquanto instâncias produtoras de conhecimento, devem ser capazes de oferecer tecnologias e teorias, bem como profissionais capacitados a impulsionar o desenvolvimento social e econômico da sociedade. Neste sentido, a extensão, articulada ao ensino e a pesquisa, é uma dimensão importante da atuação universitária, pois permite estabelecer uma relação dialógica com a sociedade, ao mesmo tempo em que se constitui como atividade que produz saberes.

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), através da extensão, a universidade cria condições para que ela possa participar na elaboração das políticas sociais voltadas para a maioria da população, além de se constituir como organismo legítimo para acompanhar e avaliar as mesmas. Seguindo as diretrizes da Política de Extensão Universitária os projetos de extensão devem ter uma dimensão transformadora, voltada para o interesse e necessidades da maioria da população e guiados pelo espírito crítico e pela autonomia.

A assessoria é uma das formas de operacionalizar estas diretrizes, pois sua ação visa atender, comumente, uma demanda institucional ou de determinado grupo profissional ou social que chega até a universidade em busca de acompanhamento, orientação e, até mesmo, formação continuada para a construção de repostas mais qualificadas às situações vivenciados pelos demandantes da assessoria.

A assessoria, na maioria das vezes, tem o objetivo de possibilitar a articulação e a preparação de uma equipe para a elaboração de um projeto de ação. Neste processo, o assessor é o profissional com um vasto conhecimento na área que vai assistir teórica e tecnicamente a equipe, propondo caminhos e estratégias. No entanto, cabe ao assessorado acatar ou não as proposições, pois não compete ao assessor a tomada de decisão.

No âmbito da universidade, o assessor tende a ser o docente, que a partir do saber acumulado, disponibiliza novos conhecimentos e se retroalimenta do contato com as demandas da sociedade (MATOS, 2009), superando o discurso da hegemonia acadêmica em favor da interação dialógica. Neste trabalho, o docente tende a envolver o aluno, que fora da sala de aula, tem o enriquecimento de sua experiência e da sua formação em termos teóricos, metodológicos e éticos.

¹ Consideramos a instrumentalidade como o conjunto das dimensões teórico-metodológica e ético-política e técnico-operativa que compõem o fazer profissional.

O assistente social docente passa a desempenhar a função de assessor por meio da ação extensionista. Ele deve buscar atender as demandas dos assessorados, mas não se restringindo a elas e indo além daquilo que se manifesta na aparência. Para isso, é necessário o conhecimento da realidade social e institucional, para que consiga (re) qualificar a demanda e construir um trabalho que resulte em proposições claramente vinculadas ao projeto ético-política da profissão. Portanto, “supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social” (IAMAMOTO, 2008, p. 80).

Sendo assim, por meio do conhecimento acumulado no âmbito do Serviço Social e das políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, vimos apresentar a experiência de assessoria aos assistentes sociais e instituições que atuam no âmbito das políticas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente que se realizou de forma articulada com o ensino e a pesquisa.

O trabalho de assessoria no serviço social: breve aproximação

No âmbito do Serviço Social, há várias experiências de assessoria como ação extensionista, pois a mesma é tida como uma estratégia de aproximação da academia com o meio profissional para se romper com o pensamento de que “na prática a teoria é outra”, ou seja, com a dicotomia entre pensar teoricamente e intervir.

Nas produções de Almeida (2006), Pereira, Dinau, Silva e Figueiredo (2014) e Roma, Moreira, Galizia, Santo e Camilo (2016) a assessoria aconteceu aos assistentes sociais de diferentes instituições, através do acompanhamento e análise do trabalho profissional, realizando também ações de formação continuada destes profissionais. Outra experiência é a assessoria aos movimentos sociais e instâncias de controle social, como as citadas por Bravo e Matos (2005) e Marro (2011), que consiste numa aproximação estratégia para o fortalecimento das lutas das classes subalternas, da democracia e da participação social, ao mesmo tempo em que possibilita a ampliação dos horizontes institucionais da intervenção profissional.

Por fim constatamos a assessoria às instituições públicas de planejamento e execução de políticas sociais, como relatado por Goerck e Viccari (2004). Nesta experiência a centralidade do trabalho foi na capacitação da equipe de profissionais que atuavam no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Cabe destacar que em todas as experiências consta o compromisso com a formação discente, pois se relacionam, direta ou indiretamente, com o estágio supervisionado. Nas produções citadas percebemos que os projetos de assessoria se destinam a profissionais que supervisionam estágio ou a instituições que tem potencialidade para abertura de campos de estágio. Outras são relatos de projetos de assessoria que se constituem como espaços de estágio, já que o docente assessor incorpora discentes como estagiários para compor a equipe de assessoria.

Para compreender o trabalho de assessoria faz-se necessário conceitua-la. Para isso, utilizamos a definição apresentada por Matos (2009) que num primeiro momento a apresenta como sinônimo de consultoria, em função do uso recorrente:

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou a equipe que assessoria e estes tem autonomia em acatar ou não as suas proposições. (MATOS, 2010, pg.31)

No entanto, a assessoria se distingue de consultoria, pois a primeira tem a função de auxiliar, de apontar caminhos para o assessorado e, a segunda, tem como premissa a ideia de consultar e pedir opinião. Por isso tende a ser mais pontual, enquanto a assessoria remete a ideia de assistir (MATOS, 2009).

Ainda segundo o autor, um primeiro ponto que precisa ser considerado na construção de um trabalho de assessoria é ter clareza do porquê da assessoria. Sendo assim, Matos (2009) pontua duas formas de solicitação da assessoria: uma que tem origem na concepção mais tradicional, que a considera uma estratégia importante para a mudança de hábitos e proposição de soluções de problemas e outra que busca gerar mudanças, a partir de uma relação de troca de saberes por meio de um processo de formação continuada do assessorado. Com isso,

Não necessariamente, a assessoria é apenas para aqueles sujeitos ou equipes com problemas e sim um processo, que pode ser continuado, de aperfeiçoamento de ação desenvolvida pelos assessorados. O assessor, na sua privilegiada posição de agente externo e a partir da capacidade profissional, pode contribuir apontando caminhos e auxiliando na desvelação de questões que a equipe e o profissional, sozinhos, não podem identificar (MATOS, 2009. p. 10)

Matos (2009) também alerta para a necessidade dos assessores estarem atentos as demandas que são colocadas como objeto da assessoria, pois quase sempre são expressões fenomênicas da real demanda. Para isso, é preciso um profundo conhecimento da realidade que, construído preferencialmente com a equipe assessorada, possibilita desvelar as dimensões políticas e teóricas e construir, conjuntamente, o trabalho a ser realizado.

Somente com o conhecimento da realidade e as reais demandas para a assessoria, que o trabalho deve ser iniciado. É preciso que estejam claras as intenções da assessoria. Intenções estas pactuadas como os assessorados, pois o assessor não é aquele que dita o que deve ou não ser feito, buscando convencer quem assessorada, mas as constrói com os sujeitos envolvidos (MATOS, 2009), por meio de um trabalho participativo. Estabelece, portanto, uma ação horizontalizada, baseada numa interação dialógica.

Outro aspecto que merece atenção por parte do assessor é o cuidado para não assumir as funções interventivas dos profissionais que assessorada, desresponsabilizando os sujeitos da sua ação profissional. O assessor é um agente externo cuja ação é contribuir para a qualificação do trabalho realizado pela instituição e pelos assessorados e não fazer por eles.

A assessoria tem como característica o fazer profissional capaz de encontrar estratégias possíveis de serem implementadas, para atender as demandas apresentadas aos seus assessorados, a partir da realidade em que se encontra. Importante observar as contribuições de Vasconcelos (1998) ao afirmar que, na maioria das vezes, o trabalho de assessoria tem como objetivo instrumentalizar e capacitar uma equipe para a construção do seu projeto de prática.

Com isso, para a elaboração do trabalho de assessoria, partimos da compreensão de que a assessoria deve culminar na construção de valores ético-políticos, imbuídos de um referencial teórico-metodológico que possa orientar as ações dos assessorados. Valores estes presentes no projeto ético-político do Serviço Social, dos quais destacamos o reconhecimento da liberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia e a emancipação dos indivíduos sociais. Portanto, tomamos como princípios fundamentais a democracia, o pluralismo de ideias e o posicionamento em favor da equidade e da justiça social. Buscamos então, desenvolver uma atuação, no âmbito da assessoria, de acordo com o que preconiza Vasconcelos (2007, p. 27), que seria uma ação profissional que possibilite a reconstrução permanente do movimento da realidade,

gerando condições para um “exercício profissional consciente, criativo e politizante, que só pode ser empreendido na relação de unidade teoria e prática”.

Fortalecendo as políticas sociais através da ação extensionista

O Departamento de Serviço Social de Campos, da Universidade Federal Fluminense (UFF), ao longo de sua história esteve presente nos espaços de articulação política, primando pela garantia e efetivação dos direitos sociais da população campista, com destaque aqueles relacionados à infância e juventude. Com isso, veio acumulando uma vasta experiência que se transformou em conhecimento aprofundado na forma de ensino, pesquisa e disseminado por meio da extensão e visando a qualificação e avaliação dos serviços voltados para a população infanto-juvenil.

O Curso de Serviço de Campos tem 55 anos de existência, sendo o principal responsável pela formação da maioria dos assistentes sociais que atuam na cidade. Neste sentido, é uma referência para os profissionais, que buscam a instituição para ações de qualificação permanente e para a realização de parcerias para o desenvolvimento de suas ações. Por outro lado, o curso acessa estes profissionais e as instituições por meio do Estágio Supervisionado em Serviço Social e da representação nos espaços dos conselhos de políticas públicas². Destas relações, surgem propostas de pesquisa e extensão universitária.

A demanda pela criação de um projeto de assessoria voltado para instituições e profissionais que atuam na área da infância e juventude teve início em 2016, quando finalizou a representação da Universidade Federal Fluminense no Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMPDCA). A equipe técnica do referido conselho, bem como alguns conselheiros sugeriram que a UFF continuasse no CMPDCA por meio de uma ação de assessoria aos assistentes sociais que compunham a equipe técnica e os conselheiros atuantes em comissões regimentais.

Esta demanda foi atendida por meio do projeto “Assessoria as instâncias públicas de controle social no âmbito as políticas de proteção e promoção dos direitos das crianças

² O curso de Serviço Social representa a Universidade Federal Fluminense nos Conselhos de Saúde e de Assistência Social. Já esteve também, entre 2011 e 2015 no Conselho de promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

e dos adolescentes: fortalecendo a participação e o controle social”³. Este projeto visou propiciar a interação ensino, pesquisa e extensão no intuito de contribuir para o fortalecimento da participação social nos espaços públicos de controle social e conseqüentemente, para a consolidação e o aprimoramento da política de proteção voltada para as crianças e adolescentes. Também visou contribuir para a formação de assistentes sociais qualificados para atuarem neste espaço sócio-ocupacional. Para alcançar tais objetivos as ações foram organizadas em duas linhas, a saber: Assessoria técnica ao Conselho Municipal – CMPDCA e, Estudos e Pesquisas sobre a rede socioassistencial não governamental de atendimento à criança e ao adolescente do referido município.

O trabalho de assessoria ao CMPDCA se realizou em três frentes: assessoria a equipe técnica composta por assistentes sociais; assessoria aos conselheiros, por meio da participação nas plenárias e; a participação em duas comissões especiais: uma para a elaboração do Plano Municipal de Convivência familiar e Comunitária e outra para a elaboração do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas.

O trabalho de assessoria à equipe técnica do CMPDCA, formada por assistentes sociais, consistiu em reuniões com as assistentes sociais, onde foi discutido o papel do assistente social no conselho, a partir de questões fomentadas pelos próprios profissionais. As reflexões foram realizadas juntamente com o estagiário do curso de Serviço Social que compunha também a equipe deste projeto de extensão. Portanto, representou uma articulação entre ensino e extensão, que culminou na elaboração de um trabalho de conclusão de curso sobre o trabalho do assistente social no CMPDCA. A partir das reflexões percebeu-se que a centralidade das ações destes profissionais é a de assessoria, pois na maioria das vezes os assistentes sociais acompanham as reuniões das comissões regimentais do CMPDCA subsidiando o debate e as ações dos conselheiros na tomada de decisão.

O trabalho de assessoria aos conselheiros aconteceu por meio da participação nas plenárias, contribuindo e fomentando o debate acerca das questões discutidas pelos conselheiros. Nas plenárias era garantido o direito a voz a todos os participantes, fossem eles conselheiros ou não. Portanto, se transformou no espaço adequado para promover e aprofundar os debates, de forma coletiva.

³ Este projeto teve início em julho de 2016 e término em maio de 2017.

Já a inserção nas comissões especiais se deu de formas diferenciadas. Na comissão de elaboração do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária, a assessoria acontecia à equipe responsável por conduzir o processo de elaboração do Plano. Foi possível contribuir para as reflexões realizadas nas reuniões intersetoriais de discussão e definição das diretrizes e ações que iriam compor o Plano e, na plenária conjunta entre o CMPDCA e o Conselho Municipal de Assistência Social, onde foi apresentada a proposta preliminar do Plano para que todos pudessem opinar e contribuir. Além disso, o trabalho de assessoria aconteceu durante todo o processo de sistematização das propostas e na revisão final do Plano que foi aprovado no final do ano de 2016.

A assessoria à comissão do CMPDCA que estava conduzindo, juntamente com outros setores do poder público, a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo aconteceu por meio da participação nas reuniões e da sistematização das discussões realizadas, contribuindo na proposição de temas e na redação preliminar do referido Plano. É importante ressaltar que a participação da universidade nestas comissões contribuiu para que os participantes pudessem se aproximar de um debate mais conceitual das respectivas políticas, implicando na proposição de diretrizes, objetivos e ações.

Além destas ações, havia a necessidade do CMPDCA ter sistematizado informações sobre a rede de atendimento socioassistencial não governamental do município. Neste sentido, desenvolveu-se, articulado ao trabalho de assessoria, uma investigação sobre esta rede. O objetivo foi a sistematização e divulgação de informações referentes aos programas e projetos não governamentais registrados no CMPDCA, no intuito de permitir a construção de um banco de dados sobre esta a rede no município de Campos dos Goytacazes. Definiu-se como marco temporal o ano de 2016.

Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo desenvolvida em duas etapas. A primeira consistiu no levantamento das entidades registradas no CMPDCA, com a leitura de toda a documentação apresentada para o pedido de registro, com o objetivo de entender a estrutura administrativa e organizacional das entidades. A segunda etapa foi a realização de visita às instituições não governamentais que possuíam programas e projetos inscritos no CMPDCA, onde foi aplicado um questionário quanti-qualitativo contendo perguntas sobre a instituição, seu funcionamento e os programas e/ou projetos em desenvolvimento.

A partir dos dados levantados na pesquisa de campo e na consulta aos registros do CMPDCA, foi construído catálogo que foi entregue ao CMPDCA e a todas as entidades registradas. Neste catálogo constavam as seguintes informações sobre as entidades: endereço, telefone, programas/projetos desenvolvidos, público alvo, metodologia e

horário de funcionamento. Tal ação permitiu a maior articulação entre as entidades e propiciou ao CMPDCA, bem como ao poder público, subsídios para refletir e propor ações para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos.

No período de finalização do referido projeto de extensão, a coordenação de estágio foi procurada por assistentes sociais do Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA) para uma ação de assessoria ao trabalho que estava sendo construído sobre monitoramento e avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes desenvolvido pela Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ). A demanda inicial era subsidiar um trabalho de pesquisa sobre os dados registrados no CRCA, que é a porta de entrada do serviço de acolhimento.

Considerando o papel da universidade pública em contribuir com o desenvolvimento social e político da sociedade, por meio da ação extensionista, e a importância do trabalho proposto pelo CRCA para o aperfeiçoamento da política de acolhimento institucional; como também, o fato de ser uma área importante de atuação profissional, já que os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na gestão e avaliação de políticas sociais, o curso de Serviço Social, respondeu à demanda apresentada pelo CRCA por meio do projeto de extensão: “Assessoria ao Centro de Referência da Criança e do Adolescente” em Campos dos Goytacazes/RJ cujo objetivo consistiu em “prestar assessoria técnica ao Centro de Referência da Criança e do Adolescente no processo de implementação do Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação, bem como subsidiar a coleta e análise dos dados referentes ao processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

O desenvolvimento deste projeto também articulou o estágio supervisionado, na medida em que foram inseridos dois estagiários no CRCA para acompanhar os assistentes sociais no trabalho de monitoramento e avaliação⁴.

O trabalho de assessoria se estruturou a partir da compreensão de que as políticas sociais constituem elementos de um processo contraditório e complexo de regulação política e econômica das relações sociais, que possuem o Estado e as classes sociais como seus atores (BOCHETTI, 2009). Entendidas como fenômeno social, as políticas sociais

⁴ Importante destacar que por meio desta ação extensionista, foi possível criar um plano de estágio supervisionado em Serviço Social que possibilitou que o referido estágio fosse remunerado pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

devem ser analisadas como parte de um todo, considerando suas múltiplas causalidades e funcionalidades. Nesse sentido, fez-se imprescindível situar o processo de avaliação e monitoramento, objeto de trabalho da assessoria num movimento amplo em que se considerasse a concepção de Estado e de Política Social no determinado contexto sócio-histórico.

Portanto, três dimensões foram observadas: a dimensão histórica, situando o surgimento da política social, relacionando-a com as expressões da questão social que determinaram sua origem; a dimensão econômica estabelecendo uma relação entre a política social, as questões estruturais da economia e seus efeitos para a produção e reprodução da classe trabalhadora; e a dimensão política, considerando das forças em confronto, desde o papel do Estado até de grupos sociais que defendem interesses das classes em que se encontram (BOCHETTI, 2009). Nesse sentido, propusemos que os indicadores de monitoramento e avaliação para a política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Campos dos Goytacazes, fossem compreendidos na sua integralidade considerando suas múltiplas causalidades, dimensões e conexões. Durante o trabalho de assessoria, buscamos desenvolver uma metodologia participativa, em que os diferentes atores inseridos nos serviços de acolhimento institucional pudessem contribuir com o processo de discussão e elaboração dos indicadores que subsidiariam o monitoramento e avaliação dos serviços.

A metodologia de trabalho consistiu na realização de diferentes ações. Foram realizados encontros semanais para estudos de textos referentes ao debate sobre avaliação e monitoramento de políticas pública, programas e projetos sociais, com destaque para os autores Januzzi (2004; 2014), Nogueira (2004), Bochetti (2009); Filgueira (2007) e, para o planejamento e avaliação das ações desenvolvidas. Nestes encontros participaram os profissionais do CRCA e, pontualmente, alguns profissionais dos acolhimentos.

No intuito de promover a maior participação foram realizadas duas reuniões com toda equipe técnica dos serviços de acolhimento e do CRCA para apresentação, discussão e sensibilização da proposta de trabalho. Para subsidiar a elaboração dos indicadores, foram realizadas visitas aos serviços de acolhimento institucional, onde ocorriam a apresentação da proposta de trabalho de forma mais detalhada e o levantamento das problemáticas enfrentadas no preenchimento dos documentos obrigatórios ao serviço. Outra questão abordada nas visitas foi o levantamento de sugestões dos itens que a equipe técnica considerava relevante para serem monitorados e avaliados. Além das informações

coletadas durante as reuniões, foi solicitado às equipes técnicas que enviassem sugestões por escrito, a fim de possibilitar um prazo maior de reflexão para os profissionais.

Em decorrência destas ações, também foi realizado um movimento de busca por acesso às informações contidas no Módulo Criança e Adolescente (MCA/MPRJ), por parte da equipe da CRCA, que até então, não utilizava este sistema como fonte de informação. Por meio de contatos com os gestores do MCA/MPRJ, a equipe se qualificou e passou a ter acesso a estas informações. No entanto, constatamos que estas eram insuficientes para o que se buscava construir.

Outra ação desenvolvida foi a parceria com a equipe de Monitoramento e Avaliação do Setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes para discutir e reelaborar o Relatório de Atendimento Mensal (RMA), a partir dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social, do GT de Monitoramento e Avaliação e das sugestões das equipes técnicas dos acolhimentos. Com a proposta do RMA reformulado, realizou-se um seminário de trabalho com as equipes técnicas dos acolhimentos e do CRCA para discutir o formato do novo RMA, que passaria a ser digital, bem como definir os conceitos que orientariam o preenchimento de tal documento, para que pudesse ter uniformidade na forma de coleta de dados.

Todo o trabalho de assessoria culminou na construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Serviços de Acolhimento de crianças e adolescentes, que além de contar com o RMA, passou a utilizar como fonte de informações os registros das equipes do CRCA e a escuta qualificada das equipes técnicas dos acolhimentos e das crianças e adolescentes acolhidos.

Não se pode deixar de considerar que este trabalho foi desafiador, pois estruturar e implementar este Sistema de Monitoramento e Avaliação significou estabelecer parcerias e um trabalho de convencimento da equipe técnica que atua nos acolhimentos. No entanto, mesmo com a grande demanda de trabalho que existe nos equipamentos, ao longo do processo, os profissionais foram aderindo e percebendo sua importância não apenas para a gestão, mas para os próprios acolhimentos, na medida em que passaram a ter acesso rápido as informações sistematizadas do perfil dos acolhidos e do trabalho realizado e um importante instrumento que auxilia na leitura da realidade institucional. O trabalho de assessoria foi fundamental neste processo.

Outro aspecto que merece ser considerado é que foram os assistentes sociais, inicialmente, que compuseram o GT de Monitoramento e Avaliação do CRCA. Somente

quando o trabalho ganhou corpo, que se teve a chegada de um sociólogo, com experiência em pesquisa quanti-qualitativa, a partir de uma demanda do próprio GT. Também foram, assistentes sociais do setor de Vigilância Socioassistencial da SMDHS que se juntaram a nós no trabalho de reformulação do RMA. Acreditamos que tal composição não seja uma mera coincidência, mas consequência do perfil profissional.

O assistente social vem, no âmbito do exercício profissional, assumindo a investigação como instrumento para pensar, reconhecer, apreender e transformar sua prática, contribuindo para a reconstrução das relações sociais. Neste sentido, tal atuação desmistifica o entendimento de que a pesquisa é uma atribuição da “academia” e amplia o exercício da crítica, desenvolvendo novas formas de ação.

Desta ação de assessoria, derivou um projeto de pesquisa de escuta dos acolhidos a fim de compreender suas vivências nos serviços de acolhimento. Ao mesmo tempo, tais experiências vem subsidiando as reflexões realizadas na disciplina “Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas bem como as supervisões de estágio, promovendo assim, a articulação ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência decorrente dos trabalhos de assessoria que foram desenvolvidos vem produzindo mudanças significativas, não apenas nos espaços onde se realizou, mas também na formação dos futuros assistentes sociais. Os discentes puderam ser inseridos diretamente como bolsistas de extensão ou indiretamente, atuando nas pesquisa vinculadas à assessoria. Todas as pesquisas desenvolvidas, seja na assessoria ao CMPDCA seja ao CRCA contaram com bolsistas de iniciação científica financiados por agências de fomento e por voluntários.

Outra contribuição importante foi permitir a reflexão sobre o trabalho do assistente sociais nos espaços sócio-ocupacionais, contribuindo para a construção de diretrizes e o fortalecimento de sua ação profissional.

Tais experiências também culminaram na criação, em 2019, de um programa contínuo de ações extensionistas na área da infância e juventude, de caráter interdisciplinar e de abrangência regional, contando com a participação de professores das áreas de Serviço Social e Psicologia atuando a partir dos princípios da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurilio Matos. **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2010, v 2.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na atualidade. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Brasília: CEFESS, 2002.

JANUZZI, Paulo de M. Avaliação de programas Sociais: conceitos e referências de quem a realiza. **Est. Aval. Educ.** São Paulo. Maio/ago., 2014. Disponível em: <https://www.uniceub.br/media/994310/art.pdf>. Acesso em junho de 2017.

_____. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>. Acesso em junho de 2017.

MATTOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais: revendo conceitos básicos. **Katalyses**. v.5, n. 2 jul./dez. 2002. Florianópolis

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 56, São Paulo: Cortez, 1998.